

Lesbianidade e feminismos – desconstruindo sujeitos únicos¹

Maria Célia Orlato Selem – PPG-UNB

A presente comunicação pretende realizar uma leitura acerca da reivindicação da identidade lésbica nos movimentos de mulheres. Para isso partirei de minhas próprias vivências enquanto militante feminista e lésbica², as quais tornaram-se constantes negociações entre as reflexões baseadas em algumas teorias feministas focadas no problema da fixação de identidades e a necessidade de afirmação de sujeitos políticos no cenário de formulação/cumprimento de leis enquanto garantia do Estado na equiparação dos direitos de todas as mulheres em todas as esferas.

Minha inquietação foca os discursos que permeiam os cenários de reivindicações políticas de igualdade entre os sexos³. Muitas vezes, os argumentos que buscam retirar “um sujeito mulher carente de direitos” dos grilhões que o mantém em porões obscuramente opressores, acabam por lacrar as saídas para as múltiplas possibilidades que poderiam lhe permitir abandonar definitivamente as masmorras que abrigam as correntes que o atrelam à representação desse sujeito. Minha sugestão é que pensemos sobre ele.

O que é uma mulher? Esta é uma questão fundamental suscitada por alguns feminismos da atualidade, questionando a noção de uma identidade feminina singular, simbolicamente imutável enquanto oposição de um masculino - construído sobre a apropriação das mulheres enquanto um sexo. Apropriação esta legitimada exatamente pela representação da gênese do sexo binário, naturalizada pelos discursos científicos e religiosos, constituidores das verdades sobre o humano. Penso ser apropriado pensar ainda como tratar da histórica opressão das mulheres na sociedade – apropriação do corpo sexualizado (estupro, prostituição, mercantilização dos corpos, tráfico de mulheres, aborto), diferenças salariais, divisão do trabalho pautada na diferença sexual, interdição de fala, invisibilidade histórica – senão

pensando na construção do corpo sexualizado e suas funções num esquema social pautado na heterossexualidade normativa?

Os discursos acerca da sexualidade estruturam redes de poder e saber que disciplinam os corpos, dividindo-os, classificando-os e atribuindo-lhes funções. Foucault (2005:76) fala que os discursos médicos, nos últimos séculos, contribuem para a construção das verdades do sexo, criando uma “lógica do sexo”, onde os signos do humano estão atrelados a uma sexualidade biologicamente explicada, voltada para a reprodução. Na concepção do autor, o sexo é um elemento imaginário, criado pelo dispositivo da sexualidade, o qual suscita o desejo do sexo. Nesse esquema, a criação do desejo do sexo está imbricada com o desejo de verdade e de poder. Classificar então o humano, de acordo com “um sexo”, uma prática sexual, um desejo sexual, nada mais é do que contribuir para a trama das teias de poderes que cria as diferenças. Uma teia onde a verdade do discurso sobre o sexo localiza as mulheres na condição de “presa”. A condição de fêmea do homem, destituída dos poderes de protagonizar seu destino.

Essa discussão é importante na medida em que esclarece, como pode ser visto na obra de Judith Butler (2003), que, se o sexo é fictício, o gênero também o é. O gênero não seria inscrito sobre um corpo sexuado pronto, natural. Nessa perspectiva, o sistema sexo-gênero cria a categoria “mulheres”, a qual é produzida pelas mesmas estruturas que a reprime. A autora chama a atenção para o problema das universalizações argüidas por alguns feminismos nas tentativas de tratar da questão da opressão de uma categoria “mulher”. Eles acabam por universalizar um feminino e instituir o patriarcado como forma de opressão hegemônica. Nesse sentido, a teórica feminista Gayle Rubin (1975:14) questiona algumas discussões acerca da opressão das mulheres pautadas no sistema econômico. Ela fala do problema de traduzir essa opressão de forma generalizada - como em algumas teorias de cunho marxista, que vislumbram a divisão sexual do trabalho mas não problematizam o sistema sexo-gênero, o qual transforma machos e fêmeas em “homens e mulheres, cada um com uma metade incompleta que só encontrará a completude quando unida à outra”.

A heterossexualidade obrigatória, identificada como parte de um sistema opressor – o qual localiza as mulheres como inferiores na escala de poder, pautada no corpo sexualizado - seria evidenciada nas falas sobre o sujeito feminino de alguns discursos que reivindicam a igualdade entre os sexos. Nessa perspectiva, a participação das lésbicas, enquanto identidade distinta reivindicada, adentra os movimentos de mulheres como um ponto de incerteza do “sujeito mulher” cristalizado pela repetição.

Em várias partes do mundo, a reivindicação dessa identidade “desviante” tem sido permeada por conflitos e questionamentos, a partir do momento em que muitas feministas vêm na verbalização da recusa da “condição feminina heterossexual” uma dissolução – e por que não dizer negação - do “coletivo mulher”⁴. Cecilia Riquelme (2003), em seu artigo *Contribuições para a história do Movimento Lésbico na América Latina*, fala sobre as necessidades e dificuldades dessa reivindicação nos encontros feministas predominantemente hegemônicos da década de 80⁵. Em seus relatos, fala sobre como a busca de um lugar de fala para as lésbicas acabou por dividir as feministas que integraram o I Encontro Feminista da América Latina e do Caribe em Bogotá em 1981, apesar de encontrarem-se no mesmo espaço, pois, *“como que pela arte da magia, de um lado se agruparam as héteros, no meio as indecisas e, no outro extremo, as declaradamente lésbicas”* (p.01). O isolamento das lésbicas na ousada discussão que exigia o reconhecimento da diversidade pautada na questão afetivo-sexual é narrado pela ativista como um indício de que algumas feministas – as quais se enclausuraram na identidade heterossexual - resistiam em pensar o problema da heterossexualidade obrigatória e suas implicações no assujeitamento das mulheres.

É válido lembrar que a reivindicação de uma identidade lésbica dentro dos movimentos feministas é situada historicamente como parte de uma corrente mais percebida no início dos anos 70, chamada de “feminismo radical”. Esse recorte vem classificado como “feminismo lésbico”. Observando o artigo de Francine Descarries⁶ (2000:17-18), o que torna essa corrente revolucionária é a denúncia de uma ordem patriarcal sexista, reivindicando “a abolição das instituições patriarcais para acabar com o determinismo biológico e concretizar seus objetivos

libertadores”. O feminismo lésbico “vê na heterossexualidade compulsória a manifestação da aculturação ao poder e à sexualidade masculina”. O feminismo radical em suas várias tendências e desdobramentos, problematiza algumas formas de reflexões feministas focadas na identidade feminina e na diferença, as quais dariam continuidade ao sistema de pensamento dualista que estabelece a sociedade binária.

Alguns movimentos de mulheres empenham-se na amigável aceitação das diferenças com relação à participação das lésbicas na construção coletiva das pautas de reivindicação. É pertinente pensar a armadilha das relações pautadas na “aceitação das diferenças”. Falar em diferenças pode significar afirmar os centros, dando continuidade à idéia da verdadeira sexualidade feminina. Tânia Swain (2004:02) lembra que as hierarquias estão muito próximas da idéia do diferente:

Só se é diferente (...) face a um referente, a um modelo a ser seguido, do qual se difere e estes modelos de ser são construídos social, histórica e espacialmente. As diferenças não existem, desta forma por si sós, elas são monumentos sociais arquitetados em uma ampla disposição de poderes, cuja estrutura em rede garante solidez.

Assim, como se estruturam as relações dos movimentos de mulheres com as reivindicações da identidade lésbica? Haveria uma hierarquia mantida pelo discurso da diferença entre as “verdadeiras mulheres” e as lésbicas? Seguindo a idéia de que o verdadeiro é uma construção, é preciso atentar para os argumentos sustentadores dos debates políticos, pois, ao invés de promover a reflexão acerca das bases que constroem as diferenças, podem acabar utilizando-se de verdades prontas, contribuindo na determinação da hierarquia sexual.

Rosi Braidotti (1998) enfatiza o momento de transformações e desestabilizações pelo qual o evento da pós-modernidade tem problematizado a dualidade do discurso político:

“o sujeito mulher não é uma essência monolítica definida de uma vez para sempre, mas o lugar de um conjunto de experiências múltiplas, complexas e potencialmente contraditórias, definido por variáveis que se sobrepõem tais como a classe, a raça, a idade, o estilo de vida, a preferência sexual e outras” (p. 30).

Seguindo esse entendimento, de que os movimentos de mulheres (de um modo geral) e também os movimentos de lésbicas (de um modo específico), poderiam ser mais subversivos na medida em que adquirissem posturas menos essencialistas, proponho, como ponto de análise, algumas dinâmicas e falas apreendidas nas discussões dos movimentos de mulheres

de Maringá, a fim de pensar como alguns discursos – mesmo com perspectiva crítica - acabam reiterando as verdades sobre o feminino.

É válido lembrar que o movimento de mulheres de Maringá é constituído de mulheres de diferentes concepções ideológicas e religiosas e obviamente as discussões não ocorrem na mesma direção e sem divergências. O que destaco aqui são algumas falas apreendidas, para as quais atribuí a pertinência dessa discussão, como: *“Somos feministas e femininas”, “Somos mais sensíveis a essas questões porque somos mulheres e mães”, “somos mais fortes porque aguentamos a dor do parto”*. Falas como essas deixam transparecer traços de um feminismo que exalta o feminino a partir das características biológicas das mulheres, idéia próxima ao feminismo da feminilidade, citado por Francine Descarries.

Gostaria ainda de destacar um acontecimento que pode expressar pontos de conflito com relação às identidades reivindicadas nos referidos movimentos. A conquista - a custas de muitos esforços - de uma cadeira no Conselho Municipal da Mulher em 2002, possibilitou ao movimento de lésbicas da cidade (na época em fase de organização) um lugar de fala. A confusão instalada juntamente com a denominação da cadeira *“movimento de gays e lésbicas”* permanece como um estandarte denunciador da dificuldade da redatora do projeto e do conselho da mulher local em pensar a questão da opressão das mulheres atrelada à naturalização da heterossexualidade. Daí talvez a impossibilidade de entenderem que gays e lésbicas pouco tem em comum quando a discussão parte de dentro do movimento de mulheres e trata da invisibilidade. O que significa essa miscelânea, senão a noção de que lésbicas estão mais para homens, apensar de gays, do que para elas/nós, mulheres feministas?

Essa mesma confusão acerca da igualdade pode ser percebida pela análise do trecho de um artigo que comemora a permanência das lésbicas e das profissionais do sexo no citado conselho⁷, a partir de um argumento no mínimo, equivocado: *“A decisão foi orientada, entre outras, pela compreensão que as profissionais do sexo e as lésbicas também menstruam, podem gerar bebês, são acometidas pela TPM, pelo câncer da mama e do útero. A orientação sexual e a profissão não lhes tiram da condição mulher”*.⁸

É propício aqui analisar as noções de verdade presentes nos discursos políticos em questão. Tanto a autora do projeto de lei quanto os argumentos “a favor” da permanência das cadeiras tentam reconduzir as lésbicas à condição da mulher essencializada, que, apesar “das diferenças” que as marginalizam, não podem fugir ao destino biológico de mulher – a reprodução, o útero – apenas a partir dela podem ser sujeitos, podem ser reconhecidas em seus direitos de participação política.

A idéia da categoria mulher enquanto um sujeito universal caracterizado pelo corpo sexualizado pode ser vista como uma barreira que impede a construção da representação das mulheres como seres livres e atuantes. Para BUTLER (2003:19), a política feminista necessita de um sujeito, uma vez que as mulheres enquanto sujeitos jurídicos carecem de personalidade. Entretanto, diz ser importante atentar para o fato de que há uma dinâmica de produção e repressão simultâneas desse sujeito pelas estruturas de poder utilizadas para sua afirmação. Essa mesma autora diz ainda que a questão do gênero está mesclada com outros aspectos sociais dos indivíduos como as questões raciais, étnicas, sexuais, religiosas e classistas. Ela problematiza a noção singular de identidade, entendendo que “se alguém é uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é” (2003:20).

No que implicaria, a partir dessas considerações, a reivindicação de uma identidade lésbica? Poderia sugerir que essa questão deve ser analisada sob duas perspectivas: da afirmação de identidade enquanto movimentos de lésbicas e desta identidade destacada nos movimentos feministas. Parece-me extremamente difícil separar movimentos de lésbicas e movimentos feministas, pois estes, em muitos momentos, partilham dos questionamentos acerca do sexo biológico e das práticas sexuais. Assim, políticas de saúde que não partam do pressuposto de que todas as mulheres se relacionam heterossexualmente, desejando a maternidade e políticas de educação que não normatizem as meninas nos padrões femininos imutáveis e definidores de papéis, promovendo o respeito as suas individualidades, por exemplo, são questões que dizem respeito à construção do feminino (desempoderado) heterossexual (reprodutor).

Os conflitos e confusões que decorrem da identidade lésbica reivindicada nos movimentos feministas talvez sejam frutos da idéia do humano sexualizado, classificado pelo sistema que instaura essa vontade de verdade e de poder pensado por Foucault. A vivência afetivo-sexual diversa da heterossexualidade instala as lésbicas em um lugar que simbolicamente não é o mesmo espaço de interesses coletivos das mulheres? E aqui faz-se oportuno o questionamento da feminista Tânia Swain (2000:92): O que é uma lésbica? *“mulheres que amam mulheres? Que fazem sexo com outras mulheres? Que se sentem atraídas mas não ousam o sexo? Que amam outras mulheres e fazem sexo só com homens?* Definição impossível a menos que se tome as categorizações construídas a partir dos discursos de verdades sobre a sexualidade “natural”.

É importante pensar ainda que afirmar uma identidade lésbica implica no risco de engessar comportamentos, práticas sexuais e subjetividades. Quem pode ser denominada de lésbica afinal? Considerar-se ou ser considerada uma lésbica tem importância? Posso sugerir que a diluição de identidades, em discussões ainda pautadas em categorizações de sexo e papéis sexuais, beiraria perigosamente a invisibilidade. Ou então que, a partir do momento em que ser considerada heterossexual é importante na valoração do humano, entendo que afirmar uma identidade lésbica faz toda a diferença no contexto político e acadêmico de constituição de verdades sobre as mulheres. Assim, é importante pensar que a atuação das lésbicas não pode ser entendida como ações estranhas ao movimento de mulheres ou colocada na discussão feminista como espaços restritos, deslocados ou como a diferença respeitada. Tampouco essa atuação deve ser entendida como reivindicação de uma identidade lésbica com um fim em si mesma. Ao contrário, seria extremamente produtivo para a subversão do sistema opressor pautado na dicotomia sexo-gênero, pensar as experiências das lésbicas como deslocamentos das categorias de identidade desse feminino universal com características opostas ao masculino e com funções especificamente reprodutivas, a fim de construir discursos movimentadores das certezas acerca das diferenças sexuais.

¹ Trabalho apresentado como requisito parcial de conclusão da disciplina Teoria e Metodologia em História, do curso de mestrado em Estudos Feministas e de Gênero do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Brasília.

² Atuação no Movimento de mulheres de Maringá e Movimento de Lésbicas de Maringá, representante do Paraná na Liga Brasileira de Lésbicas, região sul.

³ Seminários, audiências públicas, conferências e outros espaços de construção coletiva.

⁴ Esses dois termos antagônicos foram utilizados propositalmente, uma vez que o termo *mulher* nunca implicará na representação de um coletivo de mulheres, formado pelas multiplicidades. Algumas feministas vêem a reivindicação da identidade lésbica no movimento como uma desfocalização dos objetivos das mulheres e por que não dizer, a materialização da idéia difundida de que as feministas não gostam de homens.

⁵ Período em que os encontros feministas resistiam à incorporação das especificidades das mulheres, como as questões de pobreza, raça, expressão afetivo-sexual-

⁶ De acordo com a autora, os feminismos são muitos e estão entrecruzados por várias correntes, as quais não se sobrepõem umas às outras, mas se entrecruzam. Ela destaca o feminismo da diferença, o feminismo radical e o feminismo da feminilidade como principais correntes das histórias dos feminismos

⁷ No presente ano um projeto de lei de uma vereadora local propõe a extinção da representação das lésbicas e das profissionais do sexo no conselho da mulher. A proposta (a mesma para os dois segmentos) era a substituição das referidas cadeiras por uma cadeira única com a seguinte intitulação: representantes de organizações voltadas para a recuperação de lésbicas e profissionais do sexo. Obviamente os argumentos da vereadora não prevaleceram pois não se sustentava legalmente.

⁸ Trecho retirado do artigo *Não joguem pedras na mulher*, de Maria Newnum, mestre em Teologia Prática e Conselheira no Conselho Municipal da Mulher de Maringá. www.maringanews. Publicado em 30 de Março de 2005.

Referências

BRAIDOTTI, Rosi. Diferença, diversidade e subjetividade nômade. Tradução de Roberta Barbosa. Artigo extraído da revista digital Labrys, estudos feministas, número 1-2, julho/dezembro de 2002.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003.

DESCARRIES, Francine. In SWAIN, Tânia Navarro. Teorias Feministas: liberação e solidariedade no plural. Feminismos: teorias e perspectivas. Textos de História. Revista da pós-graduação em História da UNB. Volume 8, números 1/2, 2000.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade. A vontade de saber. 16 Ed. Graal: São Paulo, 2005.

RIQUELME, Cecília. Contribuições para a história do Movimento Lésbico na América Latina. www.rimaweb.com.ar/safopiensa. México, 2003.

RUBIN, Gayle. The Traffic in Women: Notes on the "Political Economy" of sex. In: REITER, Rayl. Towards an anthropology of women. New York: Mon Review Press, 1975.

SWAIN, Tânia Navarro. O normal e o "abjeto": a heterossexualidade compulsória e destino biológico das mulheres? Artigo extraído da revista digital Labrys, estudos feministas, número 6, agosto/dezembro de 2004.

_____. O que é lesbianismo. Brasiliense: São Paulo, 2000.